



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**

### SENTENÇA

Processo nº: **0009689-68.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Silvia Fernandes e outro**

### VISTOS.

#### **SILVIA FERNANDES e STELA MARINA**

**JACQUES LOMBARDO**, qualificadas a fls.10 e 88/89, foram denunciadas como incursas no art.33, “caput”, da Lei nº11.343/06, e no art.12 da Lei nº10.826/03, em concurso material, e Stela também como incurso no art.180, “caput”, do CP, porque em 25.05.13, por volta de 19h50, na rua Coronel Leopoldo Prado, 2683, bairro Mirante Bela Vista, em São Carlos, **guardavam** e **tinham em depósito**, para fim de tráfico, três tabletes em forma de pedras de crack, pesando aproximadamente 146g, seis frascos de plásticos com tampa, contendo no interior cocaína pesando 348g, trezentos e vinte pinos de cocaína, pesando 104g, duas pedras de crack pesando 100g, um tijolo de cocaína pesando 498g, um tijolo e nova invólucros de maconha pesando 516g, além de dois aparelhos celular, duas balanças de precisão, pedaços de papel e plástico picados, saquinhos plásticos vazios, diversos tubos vazios, documentos pessoais e extratos de depósito bancários em nome de Stela, e R\$1.240,00 em dinheiro, em diversas notas, tudo sem autorização legal.

Na mesma ocasião e local **Sílvia** mantinha sob sua guarda um revólver niquelado, marca Colt, calibre 32, numerado, e três cartuchos, no interior de sua residência, e **Stela** possuía essa mesma arma, sem autorização legal.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140

Consta que entre 27.12.11 e 25.5.13 Stela adquiriu, recebeu e ocultou esse revólver, em proveito próprio, sabendo que se tratava de produto de crime.

Policiais receberam denúncia anônima de que Sílvia guardava, para Stela, grande quantidade de entorpecente e uma arma de fogo, bens pertencentes a esta última; com tal informação foram ao local e Sílvia permitiu a entrada deles, tendo ela confirmado o teor das denúncia.

Relatório do setor de investigação indica que havia 21 (vinte e uma) denúncias contra Sílvia (fls.61/82), previamente conhecida dos policiais.

Recebida a denúncia (fls.167), após notificação e defesa preliminar, foram realizadas citação e audiência de interrogatórios e inquirição de cinco testemunhas de acusação, sendo Sílvia reinterrogada, a pedido, no final dos trabalhos (fls.188/199).

Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação do réu nos termos da denúncia.

Stela pediu a absolvição por insuficiência de provas, negando a posse da arma e dos entorpecentes; Sílvia pediu a absolvição, em relação ao tráfico, por falta de provas, e pena mínima, com atenuante da confissão, em relação ao delito da Lei de Armas.

**É o relatório**

**DECIDO**

**0009689-68.2013.8.26.0566 - lauda 2**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140

A arma de fogo era apta a disparar (laudo de fls.135) e os laudos de exame químico-toxicológicos demonstram a materialidade do tráfico (fls.141/150).

Interrogada (fls.188/189), Stela negou o envolvimento nos crimes, embora confirme ter deixado seu próprio carro na casa de Sílvia.

Esclareceu ter um filho chamado André, afirmou que o policial militar Douglas e policiais civis já estiveram várias vezes em sua casa, em diligências, procurando armas e drogas, em razão de denúncias.

Disse acreditar que essas diligências ocorreram por causa do filho dela (André), o qual é viciado em entorpecentes.

Reconheceu a autoria de cartas que foram juntadas na audiência (fls.200/202), enviadas por ela para a acusada Sílvia Fernandes, na prisão.

Sílvia (fls.190/191 e 198/199), no entanto, embora confirmasse que a droga era de Stela e fora deixada na casa dela (Sílvia), esclareceu que tudo estava numa bolsa fechada que a interroganda não abriu e, portanto, não sabia o que havia no interior, agindo sem o dolo do tráfico.

Declarou ter ouvido dizer que Stela, - até então considerada sua amiga -, mexia com droga, mas não viu tal fato; disse que ao guardar a bolsa fechada não achou estranho “porque a Stela era como uma irmã”.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140

Afirmou não ter desconfiado de que na bolsa havia droga, mesmo sabendo que Stela vendia entorpecente para seu segundo marido, acrescentando que sua ingenuidade pode tê-la levado ao erro.

Por fim, informou ter deixado a polícia entrar em sua casa (pouco tempo depois de Stela ter deixado a bolsa ali) na convicção de que não havia nada errado.

As cartas demonstram aparente intimidade entre as rés, como referido no interrogatório por Sílvia: na de **fls.200** a denunciada Stela diz a Sílvia para “falar tudo certo” em juízo; na de **fls.201** Stela afirma que está fazendo tudo para tirar Sílvia da cadeia e indica que um terceiro indivíduo (Rodrigo) deveria ser acusado pela propriedade da bolsa (**fls.201v**), sendo possível perceber que Stela é quem contatava os advogados.

No segundo interrogatório (fls.198v), Sílvia confessou ter guardado a arma a pedido de Stela, fato ocorrido noutra data, entretanto.

Embora não seja comum a ingenuidade no ambiente do tráfico, o que poderia levar à inverossimilhança do relato de Sílvia, não se pode desconsiderar os relatos dos policiais civis e militares, que dizem nunca terem ouvido falar dela e para quem Sílvia pode, de fato, - tal como afirma - , ter sido levada a guardar a droga sem saber do que se tratava.

Gustavo Fragiácomo (fls.192) disse que **“nunca soube de nada em relação a Sílvia, que era totalmente desconhecida na DISE”**, embora já conhecesse, de longa data, a ré Stela, na casa de quem já esteve **“várias vezes, pois a DISE tinha várias denúncias de que Stela era traficante”**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
3ª VARA CRIMINAL  
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140

O policial acrescentou: **“As denúncias contra Stela eram antigas. Contra a Sílvia não tinha nada. Só isso que eu sei”.**

O militar Douglas Sita (fls.193) disse ter recebido informação de que Sílvia estava guardando droga para **Stela, “pessoa contra quem há várias denúncias de tráfico”**; disse nunca ter ouvido falar de Sílvia, entretanto.

Interessa, particularmente, a narrativa de Douglas quanto ao comportamento de Sílvia quando da chegada da polícia: segundo o depoente, esta recebeu os militares e, perguntada sobre a denúncia anônima, confessou que de fato guardava a arma, como também fez em juízo.

Quanto à droga, entretanto, o policial declarou: **“Com relação à bolsa com drogas e outras coisas, quase dois quilos e meio de entorpecentes, além de cartões de banco em nome dela, deu dúvida sobre (se) a Sílvia sabia ou não o que tinha ali. Ela colaborou com a polícia, mas não deu certeza se ela sabia. Ela falou para a polícia: “dá uma olhada aí”. De certa forma a Silvia pareceu meio ingênua nessa história. Ela se mostrou um pouco surpresa quando viu o que tinha dentro da bolsa. (...) A Sílvia falou que tinham guardado uma bolsa no quarto do filho dela e pareceu que ela podia não saber o que era, mas a arma ela sabia com certeza”.**

Da mesma forma, o policial Rodrigo (fls.195) descreveu a reação de Sílvia, confessando, de pronto, que guardava a arma de Stela mas demonstrando aparente desconhecimento da existência da droga dentro da bolsa: **“Não tenho certeza se a Sílvia sabia que na bolsa tinha drogas. Mas a arma com certeza ela sabia. Já ouvi falar da Stela por causa do tráfico, nunca tinha ouvido falar da Sílvia”.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140

Os policiais civis Osmar e Antonio (fls.196/197) também conheciam Stela, em razão de denúncias de tráfico contra ela, mas não Sílvia.

De fato, o relatório de **fls.61/76** cita várias denúncias apenas o nome de Stela e, em alguns casos, também o nome de André como coautor.

É bem possível que Sílvia soubesse que estava guardando drogas para Stela, mas os policiais militares, experientes em ocorrências dessa natureza, tiveram dúvida sobre esse fato diante da reação de Sílvia, e tal circunstância não pode ser desconsiderada como elemento de convicção.

A dúvida dos policiais vem de encontro ao alegado no interrogatório de Silvia, e a dúvida vem reforçada pelas cartas enviadas por Stela, aparentemente preocupada com o fato de Sílvia ter sido presa e sugerindo que terceira pessoa fosse incriminada, conselho que Sílvia não seguiu, pois não poupou Stela e acusou-a pela propriedade da arma e da droga.

Ao delatar Stela, a palavra de Sílvia ganha força, pois acusou aquela que pensava ser sua amiga e a envolveu no crime; Sílvia não hesitou em culpá-la, sem indicar o terceiro sugerido pela corré na carta enviada ao presídio; recusou-se a livrar Stela por se considerar vítima de injustiça praticada por ela, conduta compatível, de regra, com a daqueles que não agem em concurso com o verdadeiro responsável e são prejudicados por este.

A delação não é, ademais, conduta típica de pessoa envolvida em crime praticado em concurso de agentes, - não é tranquila



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140

para o delator -, pois o que se vê comumente, em caso de coautoria no qual apenas um dos coautores está situação de flagrante, é a inexistência de delação.

Nesse contexto é que as palavras dos policiais, únicos a presenciar a reação de Sílvia quando achada a droga, é valorada: para eles ficou a dúvida sobre o dolo de Sílvia quanto ao tráfico pois, a despeito de suas experiências, não tiveram certeza sobre o fato de ela saber que guardou droga em sua casa, ou sobre o que havia na bolsa fechada.

Embora não se possa, de forma alguma, afirmar a inocência de Sílvia, a dúvida não resolvida impõe a aplicação do princípio “in dubio pro reo”, absolvendo-se ela (Sílvia) da acusação de tráfico de drogas.

De outro lado, não se pode desconsiderar que, de maneira firme, Sílvia responsabilizou Stela, pessoa contra quem pesavam inúmeras denúncias de tráfico, e a delação é, nessas circunstâncias, elemento de convicção seguro.

Destarte, é de rigor a condenação de Stela pelo tráfico, como proprietária da grande quantidade de entorpecente achada na casa.

As circunstâncias não permitem o reconhecimento da causa de diminuição de pena do art.33, §4º, da Lei nº11.343/06: Stela não praticou apenas o tráfico mas também crime da Lei de Armas, sendo certo que, desde antes, a polícia tinha informação do envolvimento dela com tráfico; ademais, a quantidade e variedade de droga achada, associada à posse e ocultação de arma, torna a conduta diversa daquela do traficante eventual, sem organização ou histórico de envolvimento no crime.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140

Stela também deve ser condenada pela posse da arma de fogo, igualmente guardada e ocultada na casa da corré: quem tem posse pode deixar o bem em poder de terceiro e ainda assim a manterá, de forma indireta. A posse é situação de fato que não se confunde com o porte ou o trazer consigo.

Quem tem posse não precisa estar perto do objeto e, no caso concreto, ademais, Stela ocultou a arma após tê-la adquirido.

O tipo penal praticado por Stela, contudo, não é do art.12 da Lei nº10.826/03 e sim o do art.14 da mesma lei, pois pelo primeiro somente responde aquele que é o proprietário da casa onde a arma é encontrada, diante da redação do tipo “possuir no interior de sua residência”.

Ao adquirir, receber, possuir e ocultar arma de fogo na residência de terceiro, Stela praticou o crime do art.14 da Lei nº10.826/03, norma penal que prevê todas essas condutas e, como os núcleos adquirir, receber, possuir e ocultar estão descritos na denúncia, viável é a *emendatio libelli*, nos termos do art.383, do Código de Processo Penal, operando-se tão somente a adequação da capitulação, sem prejuízo à defesa.

Sílvia faz jus à proposta de suspensão condicional do processo em relação ao crime do art.12 da Lei nº10.826/03, pois é primária e de bons antecedentes.

Quanto ao crime de receptação nada se apurou: não se sabe se Stela, ao receber ou adquirir o revólver sabia de sua origem ilícita.

É possível que soubesse, mas a prova não tratou disso nem se sabe em que circunstâncias Stela recebeu o objeto, para





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140

que se pudesse reconhecer a receptação dolosa ou culposa, do que decorre a absolvição por insuficiência de provas.

Sem embargo, as condutas de adquirir, receber, ocultar e possuir dão ensejo à condenação pelo art.14 da Lei nº10.826/03.

Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação e: **a) absolvo** Sílvia Fernandes da acusação relativa ao crime do art.33, "caput", da Lei nº11.343/06, com fundamento no art.386, VII, do Código de Processo penal; **b)** com relação ao crime do art.12 da Lei nº10.826/03, determino a **abertura de vista** ao Ministério Público, com fundamento no **art.383, §1º, do CPP**, para eventual proposta de suspensão condicional do processo, nos termos do art.89 da Lei nº9.099/95, em relação a **Sílvia Fernandes**; **c) absolvo** Stela Marina Jacques Lombardo da acusação de prática do crime do art.180 do Código Penal, com fundamento no art.386, VII, do Código de Processo Penal; **d) condeno** Stela Marina Jacques Lombardo como incurso no art.33, "caput", da Lei nº11.343/06 e no art.14 da Lei nº10.826/03, c.c. art.69 do Código Penal.

Passo a dosar as penas.

**a)** Para o crime de tráfico:

Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, considerando ser a ré Stela Marina Jacques Lombardo primária e de bons antecedentes, mas também observando o art.42 da Lei nº11.343/06, que sobre aquele prepondera, e tendo em vista a grande quantidade e variedade da droga apreendida, demonstrando tráfico de razoável proporção, fixo-lhe a pena acima do mínimo legal, em **05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 550 (quinhentos e cinquenta) dias-multa, calculados cada na proporção de 1/30**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
 RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140

**do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária.**

A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime fechado**, nos termos do art.2º, §1º, da Lei nº8.072/90.

**b) para o crime do art.14 da Lei nº10.826/03:**

Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, e considerando ser a ré primária e de bons antecedentes, fixo-lhe a pena no mínimo legal de **02 (dois) anos de reclusão**, a serem cumpridos inicialmente em regime aberto, e **10 (dez) dias-multa, calculados no mínimo legal.**

**c) Concurso material:**

Somadas as penas, em razão do concurso material, perfaz-se a **pena definitiva de 07 (sete) anos e 06 (seis) meses de reclusão, mais 560 (quinhentos e sessenta) dias-multa, no mínimo legal.**

A soma das penas, superior a quatro anos, impõe a alteração do regime aberto para o semiaberto no tocante à pena imposta pelo crime do art.14 da Lei nº10.826/03, nos termos do art.33, e parágrafos, do CP.

Assim, quanto às penas privativas de liberdade, **05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão** (pena do tráfico) deverão ser cumpridos inicialmente no **regime fechado**, nos termos do art.2º, §1º, da Lei nº8.072/90, e **02 (dois) anos de reclusão** (pena do crime da Lei de Armas) deverão ser cumpridos inicialmente em **regime semiaberto**, nos termos do art.33, e parágrafos, do Código Penal.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140

O total das penas inviabiliza a substituição por restritivas de direitos.

Stela respondeu ao processo em liberdade e compareceu a todos os atos do processo. Poderá recorrer em liberdade, pois ausentes, nessa fase, os requisitos da prisão cautelar; após o trânsito em julgado será expedido mandado de prisão.

Expeça-se **alvará de soltura** em favor de **Sílvia Fernandes**. Oportunamente será aberta vista ao Ministério Público para eventual proposta de suspensão condicional do processo em relação a ela, nos termos do art.89 da Lei nº9.099/95, no tocante ao crime do art.12 da Lei nº10.826/03.

Custas na forma da lei.

**P.R.I.C.**

**São Carlos, 07 de outubro de 2013**

**André Luiz de Macedo**  
**Juiz de Direito**